

Boletim

A revista do Sistema

INFORMATIVO



Mala Direta
Postal

9912271704-DR/PR

SENAR

CORREIOS

SISTEMA FAEP



Ano XXVI | nº 1173

16 a 22 de abril de 2012

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares

Os novos padrões do milho e do trigo

Os extensionistas da Emater

- 2 Milho**
Nova classificação
-
- 5 Trigo**
Nova classificação
-
- 8 Brasília**
As pendências
-
- 12 Emater**
E seus extensionistas
-
- 15 Etanol**
Afinal, o que quer o governo?
-
- 16 Café**
O provador
-
- 18 Opinião**
Os trilhos do agronegócio
-
- 20 Fumo**
A diversificação
-
- 23 Curso/SENAR-PR**
Sobre eletricidade
-
- 24 Artigo**
A imagem do produtor
-
- 26 Via Rápida**
Código de barras, Sputnik, Furor, Farmácias, Tempo de vida e etc
-
- 28 Cursos**
Agrinho, Classificação de café, Panificação, Posses, CSA e etc



Fernando Santos



A nova

A partir de 1º de Julho de 2012 entra em vigor o novo padrão oficial de classificação do milho

classificação do milho

A classificação define os parâmetros de identidade e qualidade do milho como o formato, a coloração e a consistência. É obrigatória a classificação quando o alimento é destinado diretamente à alimentação humana, nas importações e nas operações de compra e venda pelo poder público, como o apoio à comercialização da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que inclui os programas: Aquisições do Governo Federal (AGF), Empréstimo do Governo Federal (EGF) e o Prêmio de Escoamento de Produto (PEP). Na recomendação para comercialização a umidade do grão passou de 14,5% para até 14%.

Fez-se necessária a mudança do padrão oficial do milho, pois já não atendia às necessidades e exigências dos mercados consumidores. Com a alteração do regulamento técnico, o milho pipoca passou a ter regulamento próprio, a Instrução Normativa nº61.

Inicialmente a proposta apresentada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para o novo padrão foi preocupante para os produtores, pois deixaria grande parte da produção paranaense fora da Política de Garantia de Preços Mínimos (AGF, EGF, PEP). Mas a consulta pública lançada pelo Mapa permitiu que fosse discutida a proposta e melhor adequada às reais condições e características do milho produzido no Brasil, e principalmente no Paraná, através da atuação da FAEP e da Ocepar.

Classificação do milho em grupos

A classificação anterior tinha o grupo Mole que foi substituído pelo grupo Dentado. As exigências em percentual de composição também foram modificadas, por exemplo, o grupo Duro exigia 95% de grãos duros e agora 85%, como se observa na classificação:

- **Duro:** mínimo de 85% dos grãos (em peso) com o endosperma predominantemente duro, exibindo aspecto vítreo. Quanto ao formato, é o grão predominantemente ovalado e com a coroa convexa e lisa.
- **Dentado:** mínimo de 85% de grãos (em peso) com consistência parcial ou totalmente farinácea. Quanto ao formato, é o grão predominantemente dentado com a coroa apresentando uma reentrância acentuada.
- **Semiduro:** mínimo de 85% de grãos (em peso) com consistência e formato intermediários entre duro e dentado.
- **Misturado:** quando não estiver compreendido nos grupos anteriores. As percentagens da mistura de outros grupos devem estar especificadas no documento de classificação.



Classificação do milho em classes

Segundo a coloração do grão.

Classificação do milho em tipos

De acordo com a qualidade e definidos pelos limites máximos de tolerâncias.

Foi incluída a classe Cores na nova classificação, visando novas cores de grão. As classes são:

- **Amarela:** mínimo 95% de grãos amarelos (em peso), amarelo pálido ou amarelo alaranjado. Grão amarelo com ligeira coloração vermelha ou rósea no pericarpo também será considerado desta classe.
- **Branca:** mínimo 95% de grãos brancos (em peso). Grão com coloração marfim ou palha também será considerado da classe branca.
- **Cores:** mínimo 95% de grãos de coloração uniforme (em peso), mas diferentes das classes amarela e branca. Grão com ligeira variação na coloração do pericarpo será considerado da cor predominante.
- **Misturada:** constituída de milho que não se enquadra em nenhuma das classes anteriores.

Na tabela abaixo é encontrada a classificação em tipos e, em seguida, algumas definições:

Enquadramento	Grãos avariados %		Grãos Quebrados %	Matérias estranhas e impurezas %	Carunchados %
	Ardidos	Total			
Tipo 1	1,00	6,00	3,00	1,00	2,00
Tipo 2	2,00	10,00	4,00	1,50	3,00
Tipo 3	3,00	15,00	5,00	2,00	4,00
Fora de tipo	5	20	> 5	> 2	8

- **Grãos avariados:** os grãos ou pedaços de grãos que se apresentam ardidos, chochos ou imaturos, fermentados, germinados, gessados e mofados. Alguns destes estão descritos em seguida:
- **Ardidos:** grãos ou pedaços de grãos que apresentam escurecimento total, por ação do calor, umidade ou fermentação avançada atingindo a totalidade da massa do grão. Incluem-se ainda os grãos totalmente queimados.
- **Fermentados:** grãos ou pedaços de grãos que apresentam escurecimento parcial do germe ou do endosperma provocado por processo fermentativo ou calor. Incluem-se ainda, os grãos parcialmente queimados.
- **Gessados:** os grãos ou pedaços de grãos que tenham sofrido variação na sua cor natural, apresentando-se de esbranquiçado ao opaco, mostrando no seu interior todo

o endosperma farináceo com cor e aspecto de gesso.

O enquadramento em tipos foi a alteração mais significativa para os produtores dentre as mudanças. Foi inserido limite para grãos carunchados e para grãos quebrados. Foi, também, reduzido significativamente o limite máximo de tolerância do total de grãos avariados (ardidos, chochos ou imaturos, fermentados, germinados, gessados e mofados), como o Tipo 1, por exemplo, que reduziu de 11% para 6% o limite máximo de grãos avariados.

Alguns segmentos do setor já vinham atendendo ao padrão de 6% de grãos avariados, o que significa que não será tão difícil alcançar estes limites pelos participantes do setor agrícola. Mas os produtores deverão atentar-se no seu sistema de produção de milho, principalmente na colheita, beneficiamento e armazenagem, para produzirem grãos com melhor qualidade e assim não terem perdas no faturamento do seu produto.

A nova classificação para o trigo no Brasil

Também no início de julho o novo padrão de classificação do trigo

Em 1º de julho entra em vigor o novo padrão oficial de classificação do trigo brasileiro, estabelecido através da Instrução Normativa nº 38, de 30/11/2010, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O plantio da nova safra de trigo paranaense começou oficialmente em 11 de março e se estenderá até julho, conforme o Zoneamento Agrícola de Risco Climático publicado no site do Mapa.

A classificação oficial serve para enquadrar o trigo nos requisitos de identidade e qualidade, sendo referência na Política de Garantia de Preços Mínimos (PEPM).

O trigo destinado à moagem é classificado em classes e tipos. As cinco classes são: melhorador, pão, doméstico, básico e outros usos. A antiga classe “trigo brando” foi extinta e deu vez às novas classes: doméstico e básico. Os tipos de trigo são: 1, 2, 3 e fora de tipo.

As exigências para a classificação nas classes estão na tabela a seguir:

Classes	Valor mínimo do Número de Queda (seg)		Valor mínimo da Força do Glúten (x 10-4J)		Valor mínimo da Estabilidade (min)
Melhorador	250	+	300	+	14
Pão	220	+	220	ou	10
Doméstico	220	+	160	ou	6
Básico	200	+	100	ou	3
Outros usos	Qualquer		Qualquer		Qualquer

O trigo, para ser enquadrado na Classe Melhorador deve atender simultaneamente os valores mínimos estabelecidos para Número de Queda, Força do Glúten e Estabilidade. E para ser enquadrado nas classes pão, doméstico ou básico, deve atender os valores mínimos estabelecidos para Número de Queda e “Força do Glúten ou Estabilidade”.

- **O que é a Força do Glúten ou W?** É a energia que se gasta para expandir a massa (farinha + água) até a ruptura, e é medida em Joules (J). Na farinha de trigo, o glúten forma uma rede que retém os gases produzidos na fermentação e sustenta o crescimento da massa.

- **O que é a Estabilidade?** É o tempo, em minutos, que uma massa mantém estável suas características viscoelásticas (força da massa) resistindo ao processo de amassamento.
- **O que é o Número de Queda ou “Falling Number”?** É a medida indireta da atividade da enzima alfa-amilase no trigo moído. É medida em segundos. Na prática, indica o grau de germinação dos grãos de trigo. Uma farinha com número de queda baixo reduz a qualidade e torna a massa pegajosa. A indústria preconiza para a panificação o número de queda igual ou superior a 250 segundos. A presença de pequena parcela de trigo germinado prejudica todo o lote.

Na tabela a seguir estão os requisitos de classificação física por tipo:

Tipo	Valor mínimo de PH (kg/hl)	Máx. de matéria estranhas e impurezas (%)	MÁXIMO DE DEFEITOS %			Total máximo de defeitos %
			Danificado por Insetos	Danificados pelo Calor, Mofados e Ardidos	Chochos, Triguilhos e Quebrados	
1	78	1,00	0,50	0,50	1,50	2,00
2	75	1,50	1,00	1,00	2,50	3,50
3	72	2,00	2,00	2,00	5,00	7,00
Fora de tipo	< 72	> 2	> 2	10,00	> 5	> 7

- **O Peso Hectolitro (PH):** é a massa de 100 litros de trigo, expressa em quilogramas. Todos os fatores adversos à lavoura fazem baixar o PH. A obtenção de PH alto significa grãos mais cheios e, para os moinhos, maior rendimento em farinha. O PH precisa ser combinado aos outros requisitos de qualidade, para ter boa classe e tipo, resultando num trigo mais valorizado.
- **O Total Máximo de Defeitos:** indica os limites máximos aceitáveis de matérias estranhas e impurezas, somando ainda, os defeitos (danificados por insetos; danificados pelo calor, mofados, ardidos; chocos, triguilhos e quebrados). Devem ser observados, também, os limites de cada item avaliado para a classificação em tipo e não apenas o limite máximo de defeitos.

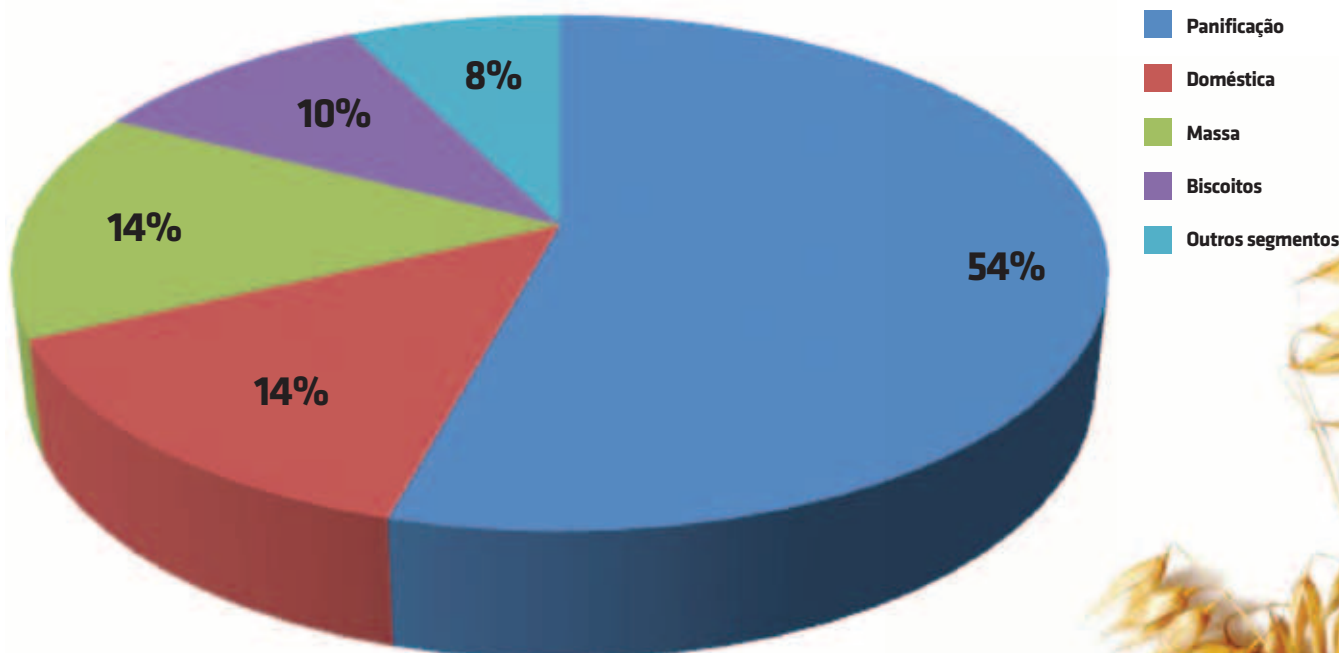
As exigências da nova classificação ficaram maiores com o objetivo de aumentar a qualidade do trigo que chega aos moinhos e devem influenciar na escolha das variedades de sementes, nas técnicas de manejo e, principalmente, na segregação do produto.

O que determina a força do glúten é a quantidade de proteínas e a sua composição. A maior variação na quantidade de glúten se tem na escolha da cultivar, pois as proteínas (glúten) são determinadas geneticamente pela planta. A adubação com enxofre influencia a qualidade das proteínas, pois este elemento, quando não limitado, favorece a formação das gluteninas (proteínas com maior peso molecular). Uma boa disponibilidade de nitrogênio (N) melhora todos os parâmetros de qualidade do trigo, bem como a produtividade. No caso de adubações nitrogenadas para alcançar altas produtividades (adubação de base + 1, 2 ou 3 coberturas), deve-se observar a necessidade da aplicação de enxofre. Ainda vale lembrar que o rendimento de grãos e o conteúdo de proteína não são proporcionais. Para mais informações consulte as informações técnicas 2012 para a produção de trigo e triticale da Embrapa no endereço eletrônico (http://www.cnpt.embrapa.br/culturas/trigo/informacoes_tecnicas_trigo_triticale_safr_2012.pdf) ou ainda, consulte um engenheiro-agrônomo.

Segundo fontes (ABITRIGO/ABIMA/ANIB/ABIP), a estimativa do consumo de farinha de trigo no país em 2011 foi de 8,6 milhões de t. A importação de 721 mil t de farinha para mistura mais a produção de 10,6 milhões de t de trigo é que rendem essa quantidade em farinha (rendimento de 75% no moinho).

Do total estimado de farinha consumida no país (8,6 milhões de t), 55% é destinado à panificação (gráfico a seguir) e onde grande parte dos tricultores paranaenses comercializará sua produção:

Destinação das Farinhas 2011 - Em porcentagem



Os moinhos que visam o mercado de panificação artesanal (produção de pão francês) buscam trigo com força de glúten (W) de 250 no mínimo.

Além da entrada das classes Trigo Doméstico e Básico no lugar da extinta classe Trigo Brando, outras mudanças ocorreram na classe Pão: o W passou de 180 para 220 (10-4 J) e o Número de Queda passou de 200 para 220 segundos.

No Tipo 3 houve a única modificação nos tipos: o PH passou de 70 para 72 (kg/hl), deixando mais exigente, e nos Grãos Danificados por Insetos passou de 1,5 para 2,0%.

O produtor deverá estar atento às modificações para realizar o melhor planejamento da lavoura e não receber menos pelo seu trigo na hora da venda.

Ivo Arnt Filho, presidente da Comissão de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP, da 10 dicas para produzir um trigo rentável:

- Escolher a cultivar para ser plantada, observando sua classificação e a finalidade da farinha a ser produzida. A escolha somente por características agrônômicas e de alta produtividade pode apresentar baixa liquidez;
- Plantar trigo com tecnologia, ele não é opção somente para cobertura de solo;
- Muitas vezes trigos de ótima qualidade industrial, contrapõem-se a trigos de alta produtividade;

- Plantar trigo na época certa, como recomenda a pesquisa pelo zoneamento agrícola;
- A adubação de cobertura com N (nitrogênio) é de fundamental importância para a qualidade do trigo (aumenta o W - força de glúten), deve ser aplicada no momento exato da definição da espiga, a quantidade deve ser proporcional à reposição da produção esperada;
- Monitore as doenças do trigo e não as deixe instalarem-se na cultura;
- A colheita deve ser realizada logo após a maturação fisiológica, colher com 26º a 23º de umidade, se deixar secar corre o risco de chover e iniciar o processo de germinação;
- Evitar que o trigo úmido pernoite em caminhões, graneleiros, moegas, pois com a umidade do grão e a falta de ventilação, o trigo esquenta e pode iniciar o processo de germinação;
- A secagem deve ser lenta, sem fogo indireto, com temperaturas amenas, pois com calor alto do secador poderá degradar as proteínas que formam o glúten, lembre-se do ovo cozido;
- Após seco, realize a segregação do grão por variedade, aptidão semelhante para determinado fim industrial e separe o trigo que recebeu chuva, estando “seco” na lavoura. Ao misturar um pouco de trigo ruim no bom, tentando mesclar, você estraga todo o trigo bom.

As pendências em

FAEP
mobiliza
Serraglio
e bancada
sobre
temas
urgentes do
setor

O presidente da FAEP, Ágide Mene-guette, encaminhou ao novo co-ordenador da bancada federal do Paraná, deputado Osmar Serraglio corres-pondência com as reivindicações mais urgen-tes do setor rural do Estado. Nelas figuram a questão do seguro agrícola, tema fundamen-tal mas sem respaldo do governo federal. A questão da dragagem do Porto de Paranaguá, algo que vem se arrastando na burocracia do Ibama e a ausência de portaria regulamen-tando a zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu. Ágide solicitou a Ser-raglio sua atenção a esses problemas, bem como da bancada paranaense em Brasília.

Seguro Agrícola

Menos de 10% das áreas destinadas a agricultura no Brasil possui seguro agrí-cola. Como há um risco de catástrofe cli-mática na produção agrícola que onera o custo de contratação do seguro rural, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Se-guro Agrícola é fundamental para viabilizar a adesão dos produtores.

O programa de subvenção brasileiro tem sofrido contingência de recursos nos últimos anos. A Lei de Orçamento Anual (LOA) de 2011 aprovou R\$ 406 milhões para o seguro rural. No entanto, o governo federal liberou apenas R\$ 253,5 milhões para o seguro agrícola, exatamente na safra em que o Brasil sofre com a estiagem, com prejuízos na agricultura que ultrapassam os R\$ 10 bilhões e que devem se propagar pela economia nos próximos anos.

Apesar da reconhecida importância do seguro o futuro do Programa é incerto. A demanda dos produtores para 2012 é de



R\$ 670 milhões, mas na Lei Orçamentária Anual (LOA) apenas R\$ 174 milhões fo-ram aprovados, um retrocesso na política agrícola que representa um dos menores valores dos últimos anos e reduz a cober-tura do seguro para menos de 6% da área destinada para a agricultura no País.

O fomento ao seguro agrícola pode-rá ser ampliado se for regulamentada a Lei Complementar 137, de 26 de agos-to de 2010, que autoriza a participação da União no chamado Fundo Catástrofe (FC). O fundo funcionará como um resse-guro, fornecendo às seguradoras e resse-

Brasília



Divulgação

Osmar Serraglio

Mestre em Direito Constitucional pela PUC de São Paulo, exercendo o quarto mandato consecutivo como deputado federal, Osmar Serraglio foi eleito em março último coordenador da bancada federal do Paraná (três senadores e 30 deputados). Ele ganhou notoriedade como relator da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios, que apurou as denúncias ligadas ao mensalão. Serraglio garantiu que não terá problemas de diálogo tanto com o governo federal, quanto com o estadual e uma gestão voltada à organização da bancada em torno de assuntos legislativos importantes para o Paraná.

APPA



guradoras cobertura suplementar em caso de catástrofes que atinjam grande número de segurados. Isso proporcionará maior oferta de seguro agrícola para atividades de maior risco e estabilidade ao sistema.

Em consequência é urgente a alocação de recursos federais no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural na ordem de R\$ 496 milhões e a imediata regulamentação do Fundo de Catástrofe.

Porto de Paranaguá

Desde junho de 2009 há um pedido do Porto de Paranaguá para que o Ibama conceda licença para dragagem de aprofundamento no Porto de Paranaguá.

O porto é fundamental para a economia do Estado, tanto para exportação de grãos, etanol, açúcar, produtos florestais, carnes, e automóveis, como para a importação de componentes industriais e insumos para a agricultura (fertilizantes).

Como os custos portuários impactam nos preços recebidos pelos produtores rurais, é urgente que o licenciamento do Ibama.

A zona de amortecimento do Parque Nacional

Falta o governo regulamentar a distância do plantio de milho

Em vista da falta de uma decisão do governo federal, a presidência da FAEP encaminhou esse histórico sobre a questão da zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu, no extremo-oeste paranaense, a fim de oferecer argumentos ao coordenador e à bancada federal do Estado.

- O Conselho Consultivo do Parque Iguaçu decidiu estabelecer a distância de 800m entre as plantações de milho transgênicos e o Parque Nacional do Iguaçu, como zona de amortecimento, revogando a decisão anterior, que consta no Plano de Manejo que é de 10 quilômetros. Para efetivar a decisão, o Conselho encaminhou pedido ao Instituto Chico Mendes (ICMBio) para que seja assinada uma portaria regulamentando a decisão.
- A Resolução Normativa número 4 da Conselho Técnico Nacional de Biossegurança (CTNBio), estabelece que os produtores são obrigados a manter um mínimo de 100 metros de distância de isolamento entre o milho Bt e a lavoura convencional vizinha. Baseado nesse princípio para zona de amortecimento de Unidades de Conservação a distância poderia ser até menor.
- A Instrução Normativa nº 24 de 16 de dezembro de 2005 do Mapa determina a distância mínima para produção e comercialização de sementes de milhos variedade especial 400m de fontes de pólen contaminante (ex: transgênico).
- Baseado nesta Instrução Normativa os produtores defendem a distância de 400m para zona de amortecimento do milho bt. Contudo é preciso que o Instituto Chico Mendes baixe portaria autorizando a nova distância, problema que se arrasta desde o final de 2009.

SITUAÇÃO DO PARQUE COM 10KM DE ZONA DE AMORTECIMENTO

Demanda: Plantio safra 2010/2011 de milho geneticamente modificado, evento devidamente aprovado, na área do entorno do Parque Nacional do Iguaçu.

Revisão do Plano de Manejo do Parque.



Ao contrário do que acontece com a soja e o algodão, cujo plantio em torno de áreas de preservação foi normatizado por decreto, o milho não tem nenhuma regulamentação.

- Em reunião com o Presidente do Instituto Chico Mendes, ele alegou que não poderia assinar a portaria proposta pelo Conselho do Parque Iguaçu que determina 800m de zona de amortecimento para plantio do milho bt, porque existiria uma minuta de decreto presidencial na Casa Civil determinando 1.200m de zona de amortecimento para todas as unidades de conservação.

Os agricultores afirmaram que não podem esperar a assinatura do Decreto Presidencial e que necessitam da assinatura da Portaria para resolver o problema específico do Parque Iguaçu. O presidente do ICMBio se comprometeu com o grupo de assinar uma portaria aprovando a alteração para 1.200 metros assim que receber um parecer favorável do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Iguaçu (Conparni). A Câmara Técnica dos Transgênicos do Conparni se reuniu e encaminhou ao presidente do ICM-Bio um documento aprovando a alteração de 800m para 1.200 metros e até o momento não obteve resposta.



Divulgação



Mapa e Meio Ambiente estudam regulamentação

No início de abril, a jornalista Karina Ninni, de “O Estado de São Paulo” informou que os Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura e Pecuária (MMA e Mapa) estudavam um decreto para a regulamentação do plantio de milho transgênico ao redor de Unidades de Conservação (UCs), nas chamadas zonas de amortecimento. A reportagem do dia 2 de abril relata que a demanda por regulamentação do milho surgiu por conta de um conflito no entorno do Parque Nacional (Parna) do Iguaçu – o das cataratas. “Proprietários rurais dos 14 municípios do entorno se queixam de que a zona de amortecimento – de 10 quilômetros – impede o plantio do grão geneticamente modificado. Do outro lado, ONGs investem contra a mudança”, dizia

“Encaminhamos um ofício para o MMA no ano passado e não tivemos resposta. Em fevereiro desse ano, o Mapa deu um parecer favorável ao plantio a menos de 10 quilômetros e oficiamos a presidente Dilma Rousseff”, afirmou a advogada da ONG Terra de Direitos, Ana Carolina Brolo de Almeida.

“
Medidas preventivas são bem vindas, mas não há evidências científicas sobre o risco das lavouras transgênicas de milho muito próximas a UCs no Brasil.

*Sidney Parentoni,
chefe de pesquisa e desenvolvimento da Embrapa Milho e Sorgo.*

Ao contrário do que acontece com a soja e o algodão, cujo plantio em torno de áreas de preservação foi normatizado por decreto, o milho não tem nenhuma regulamentação.

“Criamos uma câmara técnica para estudar o assunto, dentro do Conselho Consultivo do Parque. Depois de analisar a questão, solicitamos ao Instituto Chico Mendes a diminuição dessa zona de amortecimento, de 10 quilômetros para 800 metros”, explica Mariele Xavier, bióloga e secretária executiva do Parna do Iguaçu.

Pelas normas de coexistência espacial entre lavouras transgênicas e convencionais, estabelecidas pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), deve haver espaço de 400 metros entre elas, quando forem vizinhas. “Propusemos 800 metros por medida de precaução, dobrando os 400 exigidos pelo conselho”, esclarece Mariele, que recebeu do ICMBio a sugestão de 1,2 mil metros como contraproposta.

“O MMA e o Mapa estão trabalhando em um decreto regulamentando o plantio de milho transgênico. É a melhor solução”, diz o Secretário de Biodiversidade e Florestas do MMA, Roberto Cavalcante, afirmando que a distância estudada é mesmo de 1,2 quilômetro.

Distâncias

Quando não vem especificada no decreto de criação da UC, a zona de amortecimento genérica é de 10 quilômetros. Ela pode ser alterada pelo plano de manejo de cada unidade. Segundo especialistas, as distâncias seguras, no caso do plantio de transgênicos variam.

“A soja, por exemplo, multiplica-se por autofecundação, as plantas não cruzam uma com a outra. No milho, cuja reprodução se dá por transporte de pólen entre as plantas, a taxa de fecundação cruzada é altíssima”, explica a bióloga especialista em genética molecular Francismar Corrêa, da Embrapa Soja.

O extensionista

Os profissionais que espalham conhecimento no campo

Por Hemely Cardoso • Fotos: Lineu Filho

Nos arredores de Jesuítas (9.001 habitantes IBGE 2010), no Oeste do Paraná, os cafezais se espalham em meio às lavouras de soja e milho. A região não ostenta o título de maior produtora de café, mas a pequena cidade, com largas ruas, se tornou referência na produção do grão e do café “orgânico” exportado para países da Europa, Estados Unidos e Japão. O sucesso, porém, não aconteceu do dia para a noite. No centro dessa expansão está a figura de um profissional sem preguiça de sair a campo, levando conhecimento e orientando os produtores rurais: o extensionista rural. Na pequena e simpática Jesuítas, Roberto Dal Molin, 49 anos, do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PR) chegou há pouco mais de uma década e, assim como ele, 1.229 profissionais da instituição percorrem todos os cantos do Estado para ouvir, conversar e dar conselhos ao produtor rural.

Como o pessoal do SENAR-PR, o trabalho desse profissional é fundamental para o desenvolvimento da agricultura, mas acaba muitas vezes invisível para quem está fora do campo. São eles que ajudam nas técnicas de manejo, na conservação do solo, na elaboração de projetos. Em resumo, junto ao produtor rural, são os responsáveis pelo que acontece dentro e fora da porteira.

“O nosso papel é entender, escutar e achar

“

O nosso papel é entender, escutar e achar uma solução para o produtor rural.

*Dal Molin,
engenheiro-agrônomo.*

”





1. O agricultor Carlos Roberto Siqueira



2. Dal Molin e as agricultoras da Santa Luzia



3. O agricultor Luiz Grizzoto Filho

uma solução para o produtor rural”, define Dal Molin. O engenheiro-agrônomo é gaúcho de Cotiporã, a 182 km de Porto Alegre, chegou a Jesuítas na metade de 2000, depois de ter passado no concurso da Emater. A missão de “Robertão”, como é conhecido, logo foi delegada: cuidar de 4 milhões de mudas de café no viveiro municipal. Na época, ele conta que não sabia “bulhufas” sobre a cultura. O jeito foi correr atrás da informação. Ao final de 2001, se especializou na Universidade de Lavras (MG) e há sete anos concluiu um mestrado na Unioeste, em Cascavel, a 86 km de “sua cidade”. A tese foi sobre a influência do clima e solo no aroma e qualidade do café do município.

Alto (1,90m), afável, com um jeito brincalhão, mas sério no trabalho, Robertão tornou-se conselheiro dos agricultores de Jesuítas. Sua luta diária começa às oito horas da manhã, mas faz questão de chegar 40

minutos mais cedo na sede da Emater para preparar o “cafezinho especial”. Quem passa por ali não deixa de fazer “uma visitinha”, para pelo menos sorver uma xícara. “Um bom café é rico em proteínas e lipídios, que dão mais aroma e sabor à bebida”, explica.

Gastando a botina

Entre uma e outra xícara de café, durante a entrevista, o movimento era grande na pequena sala de trabalho do extensionista. O telefone não parava de tocar e alguns agricultores chegavam a sua sala para tirar dúvidas. É o caso de Juraci Stephanie Regis. Há oito anos, ela e mais seis agricultoras montaram uma agroindústria para vender mais de 10 produtos em conserva. A empresa Santa Luzia foi criada com o incentivo de Dal Molin e sua esposa Elizete Lunelli Dal Molin, que também é engenheira-agrônoma. Juraci queria saber se vendia todo o estoque de conservas a um fornecedor de Toledo, distante 63 quilômetros. “O Roberto é o nosso braço direito, não fazemos nada sem consultá-lo. Não teríamos a nossa empresa sem a ajuda dele”, resume a agricultora. O comentário fez Robertão derramar algumas lágrimas. “Eu aprendo junto com o produtor rural e tento incentivá-lo com responsabilidade. Sempre falo para tentarmos juntos”, diz.

No seu dia a dia, faz projetos técnicos de custeio, financiamentos e investimentos. Sem contar que não tem medo de gastar a sola da botina, acompanhando o desenvolvimento das lavouras no município. Numa

das visitas a algumas propriedades, o agricultor Carlos Roberto Siqueira revela que retornou ao campo graças às orientações de Dal Molin. “Eu tinha emprego fixo na Copacol e ele me incentivou a tocar um projeto hortifrutigranjeiro”, disse Siqueira. Hoje, ele planta uma variedade de hortaliças e pretende expandir a produção na propriedade de seis hectares, a 10 km do centro de Jesuítas. O mesmo ocorre com o produtor Luiz Grizotto Filho, 73 anos, há mais de três décadas cultiva café orgânico certificado em 15 hectares. “Dou muito trabalho pro Robertão”, diz, “mas fui pra frente graças a ele, se ele for embora, vou junto”.

Para Dal Molin, o maior problema no campo é a questão da sucessão familiar. Na sua avaliação, o fundamental é criar mecanismos e incentivar o produtor rural a permanecer no campo. Além disso, acredita que não há como falar em expansão da agricultura fa-

“

Preciso de mais tempo para atender todos os produtores.

Dal Molin, engenheiro-agrônomo.

”

miliar sem pensar no associativismo. “O produtor precisa se unir”. A maior dificuldade no seu trabalho, ele resume: “Preciso de mais tempo para atender todos os produtores”.

Jesuítas

Na década de 60, os primeiros pioneiros descendentes de italianos, portugueses, espanhóis e japoneses chegaram a Jesuítas para explorar madeiras e outras culturas. Nessa época, chegaram os cafeicultores de São Paulo que contribuíram para a expansão das lavouras na região. O município concentra 1,2 mil propriedades rurais, desse total, 400 incluem o café como a principal atividade agrícola. A área de café soma 2.000 hectares e responde por 15% do Valor Bruto da Produção (VBP) do município. A produção do grão somou 2.593 toneladas em 2010, segundo dados divulgados pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab).

HÁ MAIS DE MEIO SÉCULO

Mais de 17 mil profissionais atuam como extensionistas rurais em todo o país. No Paraná, o serviço de extensão rural foi criado em 20 de maio de 1956, através de um convênio firmado entre Brasil e Estados Unidos. Inicialmente, apenas nove engenheiros-agrônomos trabalhavam nos escritórios instalados nos muni-

cípios de Foz do Iguaçu, Campo Largo, Prudentópolis, Rebouças, São Mateus do Sul, Toledo e União da Vitória.

Em dezembro de 1959, foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa), vinculada à Secretaria da Agricultura. Em 1977, através da Lei 6.969, era criada a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

(Emater-PR), com a finalidade de absorver as atividades da Acarpa, que iniciou seu processo de extinção. No final de 2005, a Emater passou de empresa pública para autarquia e a se chamar Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. Na foto, extensionistas no Show Rural 2012, em Cascavel.



Etanol, questão estratégica de governo?

A indagação é do ex-ministro Reinold Stephanes

No ano passado os norte-americanos venderam 1,1 bilhão de litros de etanol, uma situação impensável, mas que ocorre para compensar a baixa produtividade da safra brasileira, fruto de intempéries e da descontinuidade de investimentos.

“A falta de etanol e a competitividade com a gasolina poderão levar à retração da indústria flex e à descrença no próprio programa de energia limpa. Há pelo menos cinco anos, o mercado previa que o sucesso de venda dos veículos flex iria, no mínimo, dobrar a procura pelo etanol. A possibilidade de aumentar a produtividade existe com a renovação dos canaviais, introdução de variedades de cana-de-açúcar e, no futuro, com a incorporação de tecnologia de segunda geração, assim como a produção de



Reinold Stephanes

Fotos: Arquivo

matérias-primas que aumentem o ciclo de moagem das indústrias”, afirmou em artigo o deputado federal e ex-ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

Ele julga que o Brasil não se preparou como deveria. Isso inclui definição de regras em relação a questões, como preço, tributo e estocagem. “É importante saber se o governo considera o etanol uma questão estratégica dentro da matriz energética. Lamentavelmente, os movimentos não sinalizam nessa direção”, disse. E aponta que o primeiro exemplo disso foi a retirada das atribuições do Ministério da Agricultura para a Agência Nacional do Petróleo (ANP); até mesmo porque os dois últimos ministros deixaram o assunto fora da agenda. O segundo sinal está na medida provisória que introduz a taxa de etanol na Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Por último, “fica a ideia de que a questão é tratada no governo pelo viés regulatório, quando na verdade se trata de produção”.

Um estudo do professor Marcos Fava Neves, da FEA/USP de Ribeirão Preto (SP), mostra que o país precisaria construir ao menos 120 usinas, com investimentos de US\$ 95 bilhões, para atender à demanda do mercado interno até 2020.

A importação de álcool e gasolina

Nos primeiros três meses deste ano, a Petrobras gastou US\$ 958 milhões (cerca de R\$ 1,7 bilhão) com a importação de gasolina. O valor é 7.715% maior que no mesmo período de 2011, de acordo com cálculos do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE). A empresa está importando 80 mil barris/dia de gasolina.

Como a alta da cotação do barril do petróleo no mercado internacional, a estatal já perdeu US\$ 151,2 milhões (R\$ 267,5 milhões) no primeiro trimestre com a importação, já que o preço do combustível está congelado.

A Petrobras importa gasolina, pois não tem capacidade de refino. Isso só vai mudar após as refinarias Abreu e Lima, em Pernambuco, atrasada porque o acordo para sua construção feito pelo ex-presidente Lula e Hugo Chavez não foi cumprido pelo presidente venezuelano, e a Comperj – Complexo petroquímico do Rio de Janeiro. As duas devem ficar prontas em 2014.

O provador

A sensibilidade no olfato e paladar na classificação do café

Que tal experimentar 9.000 amostras de café em apenas uma safra, selecionar o melhor grão e classificá-las segundo a fragrância, doçura, corpo, gosto remanescente e acidez? No mundo do café há um profissional muito valorizado, “o provador”. Essa é a atividade de Eron Batista Neves, em Jesuítas (9.001 habitantes IBGE 2010), no oeste paraense. Classificar café exige sensibilidade no olfato e no paladar, algo que em 31 anos de atividade Neves vem desenvolvendo permanentemente no seu trabalho, com cursos e treinamentos.

É ele que define o tipo do café especial e o que será exportado pela Cooperativa Agroindustrial Consolata (Copacol) a países da Europa, Japão e Estados Unidos. Ao longo do ano, do total de 50 mil sacas do grão que chegam na Copacol de Jesuítas, 70% vai para a exportação.

O processo da classificação parece simples, mas exige muita cautela para definir o produto. Inicialmente cerca de 300 gramas de grãos são seleciona-

dos e avaliados de acordo com o aspecto físico, quantidade de defeitos, a cor e o tamanho. Em seguida os grãos são torrados para, enfim, chegar à degustação feita em copos especiais.

Diante dos copinhos de café quente, Neves sente o aroma, toma um gole de cada amostra e dá uma nota. “Pelo aroma do vapor já podemos separar vários tipos de café”, diz ele. O café como outros produtos de origem vegetal comestíveis possuem diversos sabores que dependem do local de produção; influenciado pelas condições climáticas, de solo, de altitude, incidência solar e de chuva.

O café (do grupo arábica) segue a seguinte classificação:

- **ESTRITAMENTE MOLE:** café que se apresenta, em conjunto, todos os requisitos de aroma e sabor “mole”, porém mais acentuado.
- **APENAS MOLE:** café que apresenta sabor levemente doce suave, mas sem adstringência ou aspereza de paladar.
- **MOLE:** café que apresenta aroma e sabor agradável, brando e adocicado. Um café suave e equilibrado.



de café



Lineu Filho

lhando ao iodofórmio e ao ácido fênico, sendo repugnante ao paladar.

- **DURO:** café que apresenta sabor acre, adstringente e áspero, porém não apresenta paladares estranhos. Identifica uma bebida encorpada e agradável.

A Copacol paga pelo quilo do café “duro” uma média de R\$ 5,80. Já para o “rio” o valor é de R\$ 3,73 por quilo.

Café especial

Afinal o que é um café especial? Os especialistas dizem que é uma bebida de melhor qualidade e melhor preço. O cultivo do grão dá mais trabalho e o manejo é minucioso, o cafeicultor tem que ficar em cima da plantação, sem descuidar da adubação. Um café especial deve ter certificação de origem emitida pela Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA), sigla em inglês), identificado com o nome da fazenda em que foi produzido e selo de responsabilidade social e ambiental. O selo tem uma numeração que, quando acessada via internet, informa o tipo do café, o local onde foi produzido e a safra, além de apresentar outros dados.

Eron Batista Neves: “Pelo aroma do vapor já podemos separar vários tipos de café”

- **RIO:** café que apresenta sabor típico e acentuado de iodofórmio. Um café de sabor intenso e marcante.
- **RIADO:** café que apresenta leve sabor, típico de iodofórmio.
- **RIO ZONA:** café que apresenta aroma e sabor muito acentuado, asseme-

Agronegócio sobre

Antônio Márcio Buainain é professor do Instituto de Economia da Unicamp: buainain@eco.unicamp.br.

Pedro Loyola é coordenador do Departamento Técnico e Econômico da FAEP: pedro.loyola@faep.com.br.

Priscilla Biancarelli Nunes é coordenadora do Grupo Esalq-Log: pbnunes@esalqlog.esalq.usp.br.

A competitividade da agricultura se baseia principalmente na aplicação de tecnologia, elevação da produtividade e ganhos de eficiência da “porteira para dentro”. Mas do lado de fora, os produtores incorrem em custos elevados tanto para se abastecer de insumos e equipamentos utilizados na produção como para levar seu produto ao consumidor final. Um dos maiores obstáculos é a reconhecida ineficiência logística, que se traduz em custos de transporte elevados e serviços de má qualidade. No período recente, esta ineficiência tem sido absorvida pelos preços internacionais elevados, que não durarão para sempre, apesar dos cenários positivos para os próximos anos.

Na exportação de grãos os gastos logísticos – custo do transporte rodoviário e ou ferroviário acrescido das despesas portuárias – podem absorver até 40% da receita do produtor. O modal rodoviário tem como vantagens a rapidez e a característica “ponta-a-ponta”: carrega-se no local de embarque e descarrega-se no terminal portuário. Porém, a frota envelhecida de veículos, com idade média superior a 20 anos, opera em um círculo vicioso contínuo: estradas ruins elevam os custos de manutenção dos veículos e veículos velhos elevam o custo de transporte, reduzem a eficiência e ainda danificam a já precária infraestrutura instalada.

A ferrovia seria uma alternativa para aumentar a competitividade dos produtos agrícolas, já que todos os estudos mostram que o frete ferroviário pode ser mais barato do que o rodoviário. Na prática, entretanto, esse não é o cenário ob-

servado no Brasil. Mesmo no Paraná, onde a produção está próxima ao porto de Paranaguá, o transporte é feito por uma matriz desbalanceada entre os modais rodoviário e ferroviário, com custos que penalizam excessivamente o agricultor.

O transporte ferroviário cresceu e o desempenho das ferrovias melhorou após a privatização dos anos 90, mas diversas características do modelo de concessão e da malha ferroviária fazem com que as concessionárias exerçam danoso poder de monopólio. A baixa diversidade da malha (só uma linha chega a determinado destino) e a característica de sua operação (a concessionária possui os equipamentos de transporte e opera com exclusividade na linha arrendada da União), são duas explicações para a conduta monopolista. Em momentos de pico, a concessionária pode escolher os clientes e obviamente opta pelos que aceitam pagar mais pelo serviço.

Mas é possível que as empresas ferroviárias determinem o preço de um serviço público? Não e sim. Teoricamente a concessionária está limitada pelo teto estipulado pela Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), que deveria representar o interesse da sociedade e “assegurar aos usuários adequada prestação de serviços de transporte terrestre e exploração de infraestrutura rodoviária e ferroviária outorgada”. Sim porque esse teto tarifário, definido em função das condições vigentes quando do contrato de concessão em 1996 e 1997, é muito elevado, muito acima das próprias tarifas praticadas hoje, o que o torna inócuo para a definição de tarifas equilibradas.

trilhos



Em 2011 a ANTT divulgou novas regras para o setor ferroviário, que buscam adequar o marco regulatório às condições de hoje e abrem perspectiva de renegociação dos contratos, tanto na parte tarifária como na oferta dos serviços com a reincorporação de trechos da malha que foram abandonados por serem menos rentáveis.

A ANTT também apresentou um novo modelo de revisão tarifária do setor ferroviário, que prevê reduções médias de 15% no preço-teto estipulado para o transporte de carga geral. Será a primeira vez, desde a privatização, que o setor passa por uma revisão de tarifas, que até agora foram reajustadas pelo IGP-DI, apesar de a legislação permitir revisões periódicas a cada cinco anos. Nos últimos 15 anos o perfil da carga transportada, o custo e a produtividade das empresas mudaram, mas nada foi repassado para a tarifa.

As novas regras estão em consulta pública até 20 de abril (o prazo foi prorrogado duas vezes) para receber contribuições da sociedade, e a resolução deve sair ainda no primeiro semestre de 2012. Até lá, as concessionárias travam queda de braço com a ANTT para limitar a mudança das tarifas, com o argumento de que a redução comprometeria a capacidade de investimento e limitaria o crescimento do transporte sobre trilhos, que hoje responde por apenas 25% de toda carga movimentada no Brasil.

Não é possível entrar nos detalhes técnicos do estudo que embasa a proposta da ANTT, mas é importante indicar alguns pontos para reflexão. É preciso explicitar, com mais clareza,

o próprio modelo utilizado pela ANTT, as bases de dados, informações e parâmetros. Isto pode ser feito por meio de uma audiência técnica qualificada, com a participação dos responsáveis pelo estudo e os técnicos representando a sociedade e grupos interessados. Este exercício permitiria esclarecer e refinar vários pontos, como por exemplo a adoção de apenas 1 ano (2009, bastante atípico em função da crise internacional) como referência para definir tarifas que vigorarão a partir de 2012; ou a utilização de gastos e receitas efetivamente realizados sem considerar cenários alternativos de utilização do modal ferroviário caso as tarifas e condições fossem outras. Também é importante explorar as relações entre produtividade e eficiência diferenciada das malhas e os tetos tarifários, de modo a reduzir a ineficiência. Finalmente, é preciso incorporar à discussão, a concorrência entre os modais de transporte. No caso do agronegócio, o teto da tarifa ferroviária tem sido em muitos locais o custo do transporte rodoviário, e não o limite da ANTT.

A revisão da tarifa teto ferroviária é uma excelente oportunidade para aumentar a competitividade da agricultura brasileira. O desafio da concessão é equilibrar o interesse das concessionárias e dos usuários do transporte ferroviário, atualmente desbalanceado e causando prejuízos ao país. É possível vencer este desafio!

*Publicado no jornal "Valor Econômico"
de 10.04.2012.*



O produtor rural Osvaldo Telmann com a esposa e os quatro filhos: “Tudo que eu tenho foi graças ao cultivo do fumo”

A diversificação

SENAR-PR amplia parceria com a Souza Cruz

O SENAR-PR está ampliando a parceria com a empresa Souza Cruz e vai oferecer ainda este ano um novo curso para 8.413 produtores integrados na área de solos, no Paraná. A proposta é maximizar o potencial produtivo nas propriedades, garantindo a conservação dos recursos naturais e aumentando a geração de renda. O novo curso terá foco em outras culturas além do tabaco.

O público alvo está localizado nos territórios regionais da empresa em Cascavel, Irati, União da Vitória e Rio Negro. Entre os conteúdos deste novo curso que serão trabalhados estão: solos; produção de mudas; instalação e condução da lavoura e sustentabilidade da produção.

“Queremos iniciar os cursos no segundo

semestre e para isto os técnicos da empresa já estão a campo programando os encontros com os produtores”, afirma o analista de Sustentabilidade e Produção Agrícola, Idalino Filhakoski, da Souza Cruz.

A parceria entre o SENAR-PR e a Souza Cruz abrange, porém outros programas já em execução: Sol Rural voltado para segurança, organização e limpeza da propriedade rural; Inclusão Digital onde a empresa distribui computadores aos produtores rurais, que atendem critérios estabelecidos e o SENAR-PR promove a capacitação em vários níveis; Propriedade Sustentável voltado para o gerenciamento sustentável social e ambiental da propriedade; Administração Rural; Mulher Atual; Jovem Agricultor Aprendiz e Mecanização Agrícola.



Família Novak:
“Com a cultura do fumo
conseguimos comprar
nossa terra e maquinário”

na fumicultura

Por **Katia Santos** • Fotos: **Fernando Santos**

“Todas estas ações tem o objetivo de promover a diversificação de culturas, aumentando a renda, garantindo a preservação dos recursos naturais existentes na propriedade, e assim melhorando a qualidade de vida dos produtores integrados à empresa”, completa Filhakoski. No caso do Paraná esta diversificação acontece com o plantio de feijão, trigo, soja, reflorestamento e avicultura tanto de corte como de produção de ovos galados.

Filhakoski faz questão de frisar que o produtor assistido pela Souza Cruz antes de iniciar o plantio, recebe orientação e ao resolver aderir ao contrato tem assistência técnica (média de oito visitas), monitoramento, garantia de comercialização e participação nos programas sociais.

Boa rentabilidade

Há 33 anos o produtor rural Osvaldo Telmann, 56 anos planta fumo em sete dos 59 hectares da propriedade, em Rio Negro, na divisa com Santa Catarina, diversificando em 35 hectares com o cultivo do milho, soja e trigo, 10 hectares de reflorestamento e para complementar a renda, montou uma granja de 1,8mil m².

Com os quatro filhos – Osmar, 28 anos, Osni 27 anos, Janete 26 anos e Osnei 24 - nunca tiveram problemas com a cultura do fumo. “Tudo que eu tenho foi graças ao cultivo do fumo. Nunca tive problema é só seguir as orientações da empresa”, revela.

Apesar das conquistas ele já sofreu com a chuva de granizo, mas não perdeu tudo porque sempre investiu no seguro agrícola.

TRABALHO VOLUNTÁRIO



Osmar com a esposa Patrícia, Janete e o pai Osvaldo

Além da lida na lavoura a família Telmann tem um histórico de trabalho voluntário. De descendência bucovina (popularmente conhecidos pelos imigrantes como os alemães caipiras) o pai de Osvaldo construiu a primeira capela de madeira em homenagem São Sebastião, santo padroeiro da comunidade rural Campina dos Martins, no município de Rio Negro onde vivem cerca de 45 famílias.

Os filhos (Osmar e Janete) cuidam da organização da festa padroeiro, dia 22 de abril. É o dia da maionese, churrasco e aluske - um prato típico da cozinha bucovina, feito com arroz ainda cru temperado com sal, pimenta, toucinho, linguiça, cebola e alho. Depois da massa pronta ela é enrolada em folhas de repolho e cozidas no vapor. “No último ano fizemos cinco mil rolinhos. O povo daqui come bem”, conta Janete.

“

Antes lidávamos com leite e verdura e a terra não era nossa. Com o fumo conseguimos comprar a terra e maquinário (colheitadeira e dois tratores um novo e outro usado).

Celso Novak,
agricultor.

”

“Na minha opinião vale a pena investir no seguro. O custo não é caro levando em conta o benefício que o produtor obtém. Seria muito bom se tivéssemos seguro para todas as culturas”, diz o produtor.

Telmann faz uma análise do retorno financeiro da diversificação na sua propriedade e é categórico: “O que dá mais retorno – o fumo, o frango e os cursos do SENAR-PR”, algo que os dois filhos mais velhos descobriram, fazendo o Programa Empreendedor Rural (PER) e criando uma nova fonte de renda: a locação e manutenção de máquinas agrícolas.

“Fizemos o curso em 2002 e hoje temos dois tratores, uma colheitadeira e um atendimento especial para os vizinhos”, conta ele. Que vivem em boas casas, carro na garagem “e muito trabalho pela frente”.

“O curso Sol Rural oferece instruções sobre planejamento financeiro e organização, tornando rotina fica mais fácil”, ex-presidente do Sindicato Rural de Rio Negro, fez o Programa de Desenvolvimento Sindical (PDS) do SENAR-PR. “Onde aprendi a lidar com o povo, a mudar meu jeito de falar e até a ampliar a visão que tenho do mundo”, finaliza.

Segurança econômica

Outros exemplos de sucesso com a cultura do fumo em Rio Negro, 31.261 habitantes (IBGE 2010) e 2.200 hectares plantados com fumo) é dos irmãos da família Novak, Celso e Leonardo. “Antes lidávamos com leite e verdura e a terra não era nossa. Com o fumo conseguimos comprar a terra e maquinário (colheitadeira e dois tratores um novo e outro usado)”, conta Celso.

Outra vantagem que o produtor aponta na cultura do fumo é a garantia da comercialização. “Seguindo todas as orientações a venda é certa, isso traz segurança pra gente. Podemos nos planejar, organizar e melhorar a vida financeira”, completa.

Celso explica que com o cultivo do fumo vieram também à assistência técnica da empresa e os cursos do SENAR-PR. “Eu, minha esposa e os filhos mais velhos fizemos o NR 31, que trata da aplicação de agrotóxicos, e de tratorista, implementos agrícolas, gestão rural, administração, informática e Sol Rural”.

De acordo com os produtores o programa Sol Rural contribuiu muito para melhorar a organização da propriedade, o entorno, o tempo e a qualidade na lavoura.

O be-a-bá da eletricidade na propriedade rural

CTA de Assis Chateaubriand oferece curso de Eletricista Básico

O jeito certo de se fazer uma instalação elétrica é a garantia de segurança e o uso racional de eletricidade na propriedade rural. Pensando nisso, desde o mês de março, o Centro de Treinamento Agropecuário (CTA) de Assis Chateaubriand, na região Oeste do Paraná, está com uma nova opção curso: Eletricista. Instalar disjuntores, interruptores, chuveiros e motores elétricos estão entre os principais conteúdos do curso, que há oito anos é oferecido no Centro de Treinamento de Pecuáristas (CTP) de Castro, parceiro do SENAR-PR.

A primeira turma de 13 alunos encerrou as aulas no dia 30 de março e foi orientada pelo instrutor Francisco de Paula Medeiros. Segundo ele, instalações mal feitas e o mau uso de aparelhos eletrônicos implicam em desperdício de energia. Sem contar que o jeito errado de fazer uma instalação pode até provocar incêndios. “O curso visa à segurança e simula problemas que acontecem no dia a dia do produtor rural. Com uma carga-horária de 40 horas, ele aprende o be-a-bá da eletricidade”, resume Medeiros.

Durante cinco dias, o grupo participou do curso e comemora os resultados. “Eu tinha um conhecimento básico sobre eletricidade. Agora tenho certeza que estou preparado para trabalhar com instalação elétrica na área urbana ou rural”, conta Nivaldo Luiz do Nascimento, que pretende oferecer serviços na área. Para Marcos Medeiros, o curso concilia a teoria com a prática. “Já tinha feito outros cursos de eletricidade, mas nenhum foi tão completo quanto ao do SENAR-PR”, revela.

Fotos: Lirneu Filho



O curso visa à segurança e simula problemas que acontecem no dia a dia do produtor rural

Infraestrutura

De acordo com o administrador do CTA, Cláudemir Ancioto, as instalações dos equipamentos para a realização das aulas começaram em outubro do ano passado e terminaram em fevereiro deste ano. Segundo ele, a sala tem uma estrutura igual a do CTP de Castro.

Para fazer o curso, é preciso entrar em contato com CTA de Assis Chateaubriand pelo telefone (44) 3528-4213. Mais informações pelo site www.sistemafaep.org.br

Como o consumidor e

Por Eduardo Leduc

Vice-presidente Sênior da Unidade de Proteção de Cultivos da BASF para a América Latina e de Sustentabilidade para a América do Sul

Embora a imagem que a opinião pública tem em relação ao produtor rural venha mudando nos últimos anos, ainda há uma parcela significativa que o enxerga de forma distorcida

De 1940 a 1970, o número de pessoas que um agricultor era responsável por alimentar passou de 19 para 73. Hoje, o mesmo agricultor, na mesma área, consegue produzir alimento para 155 pessoas. Esse aumento só foi possível graças aos progressos tecnológicos, ou seja, os ganhos de produtividade oriundos do uso de sementes, fertilizantes, maquinários, defensivos e outros insumos.

Os resultados da pesquisa e o desenvolvimento de produtos para incrementar a produção de alimentos a partir da década de 50, com a chamada “Revolução Verde”, que concedeu ao engenheiro-agrônomo Norman Ernest Borlaug o Prêmio Nobel da Paz, mostram justamente isso. Sem tecnologia, nossas refeições ficariam encarecidas e necessitaríamos de mais terra para plantar. Os grupos sociais com menor renda seriam os mais prejudicados. Mesmo assim, ainda há uma parcela de consumidores que possui uma imagem do agricultor de forma muito distorcida.

Para investigar quais seriam as principais diferenças de percepção entre a atividade agrícola e os consumidores, a BASF realizou uma pesquisa global na qual foram ouvidos 1.800 agricultores e 6.000 consumidores no Brasil, Índia, Estados Unidos, Alemanha, Espanha e França, em parceria com a empresa mundial de pesquisa de mercado



Eduardo Leduc

Synovate GmbH e com o Professor Dr. Ulrich Oevermann, Professor de Sociologia da Universidade de Frankfurt.

A pesquisa apontou um interesse dos consumidores por informações sobre agricultura e também a existência de um respeito pelos agricultores, mesmo em países onde menos de dois por cento da população trabalha com agricultura. Em contrapartida, há um consenso entre os dois grupos de que a reputação dos produtos agrícolas ainda permanece baixa.

Outro ponto de percepção semelhante entre consumidores e agricultores está relacionado à vocação do agricultor: o produtor seria uma pessoa que “se dedica a fornecer alimento”, “apoia a cultura rural” e “cuida da terra”. Os termos “administrador da terra” ou “cuidador da terra” foi a autodescrição apontada mais vezes pelos agricultores em seis países (mais de 80%). Porém, houve uma

nxerga a agricultura



Fotos: Divulgação

** Artigo originalmente publicado na revista Agroanalysis, de março/2012*

classificação inferior quando perguntado aos consumidores (50 a 60%). Em uma pergunta relacionada, muitos consumidores culpam os agricultores por problemas ambientais, com preocupações em grau mais elevado em países como Brasil, Índia e França (38 a 43%), EUA e Alemanha (23%).

Outro dado importante: cerca de 80% dos produtores e consumidores concordam que o principal objetivo da agricultura é alimentar o mundo. Mesmo assim, a maioria dos agricultores acredita que os consumidores não entendem a dimensão do desafio da cadeia produtora e suas reais necessidades. A concordância em relação à contribuição da biotecnologia vegetal mostrou-se mais forte entre os agricultores e os consumidores nos países com um grau de adoção mais alto de cultivos geneticamente modificados como, por exemplo, na Índia (76% dos agricultores e 62% dos consumidores), no Brasil (78% e 29%, respectivamente) e nos EUA (53% e

Cerca de 80% dos produtores e consumidores concordam que o principal objetivo da agricultura é alimentar o mundo. Mesmo assim, a maioria dos agricultores acredita que os consumidores não entendem a dimensão do desafio da cadeia produtora e suas reais necessidades.

25%, respectivamente).

Um dos principais gargalos comentados refere-se ao preço dos alimentos. Inversamente, o preço da conservação continua sendo obstáculo para os agricultores e os consumidores. A maioria dos agricultores acredita que os consumidores não estão dispostos a pagar preços mais altos por alimentos produzidos de forma ambientalmente correta. Apesar de 30% dos consumidores dizerem que aceitariam pagar preços mais altos por alimentos produzidos de uma forma ambientalmente mais adequada, grande parte dos entrevistados afirmou que não estaria disposta a isto, mesmo em países desenvolvidos como França, Espanha, Alemanha e EUA.

Os produtores agrícolas acreditam que a indústria e os consumidores deveriam se empenhar mais para apoiar a agricultura com mais produtos ambientalmente corretos e com o apoio público da indústria, ou seja, um melhor entendimento de agricultura e disposição para pagar por benefícios ambientais por parte dos consumidores.

Todos esses dados apontam, mais uma vez, o grande empenho dos agricultores em relação às preocupações dos consumidores. Porém, essas ações necessitam de mais apoio de comunicação, pois ficou clara a imagem romântica que ainda perdura sobre a agricultura. É justamente nesse sentido que nós, da indústria, devemos continuar auxiliando os produtores com inovação para trazer novas tecnologias e a informar de forma mais assertiva suas atividades, a fim de mitigar as divergências dessa percepção. Não se trata de uma tarefa fácil, mas importantíssima e inadiável. A realização de campanhas como Sou Agro e Um Planeta Faminto são iniciativas fundamentais.



ISBN 978849280827-4



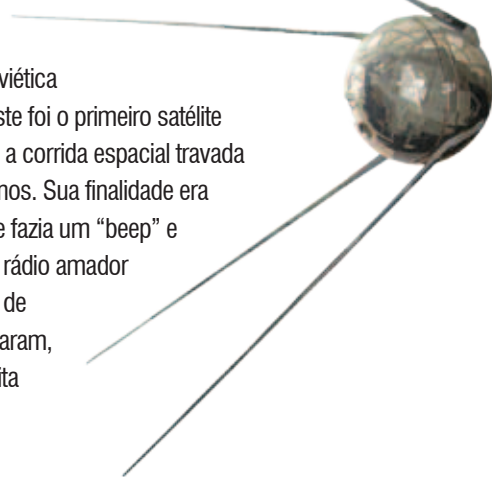
Código de barras

O primeiro código de barra patenteado foi realizado em 1952, por Joseph Woodland e Bernard Silver, mas apenas na década de 70 é que foi definido um padrão no formato numérico para se fazer as identificações de produtos. Sua leitura é realizada por leitor de código de barras, o scanner, que projeta raios vermelhos nas barras. Nas partes escuras a luz é absorvida e nos espaços em branco a luz é refletida. Os dados nessa leitura ótica são analisados rapidamente pelo computador e convertidos em letras ou números, de acordo com o cadastrado realizado de cada produto.



Sputnik

Em 4 de outubro de 1957 a União Soviética colocou o satélite Sputnik em órbita. Este foi o primeiro satélite artificial lançando ao espaço e marcou a corrida espacial travada entre os soviéticos e os norte-americanos. Sua finalidade era apenas transmitir um sinal de rádio que fazia um “beep” e podia ser escutado pelos aparelhos de rádio amador no mundo todo. Após vinte e dois dias de funcionamento, suas baterias se esgotaram, mas o Sputnik I conseguiu ficar na órbita terrestre por 6 meses antes de cair.



Furor

Lançado em 26 de julho de 1946, o biquini causou furor. As modelos se recusavam a posar vestidas com ele, revelando o umbigo. Coube à francesa Micheline Bernardini, conhecida stripper, a corajosa decisão de ser fotografada a inovadora criação que ganhou o nome em homenagem ao Atol de Bikini, onde se faziam experiências atômicas. Comparados aos de hoje...

Requisitos para ser um pobre

- Abrir tubo de pasta de dente com tesoura para aproveitar o restinho que sobrou.
- Chorar no último capítulo da novela.
- Colar o pivô com Super Bonder para não ter que ir ao dentista.
- Coleção de caneca de cerveja na sala de visitas.
- Colocar água na garrafa de suco para aproveitar o restinho.
- Comprar carro novo e não tirar o plástico dos bancos, para todos saberem que é novo.
- Entrar em loja de R\$ 1.99 e querer achar um presente legal.



Farmácias

O trabalho das boticas (farmácias) foram autorizadas como comércio no Brasil em 1640, ano em que a sangria também foi autorizada. A partir de 1641 se multiplicaram em toda a colônia. Hoje proliferam feito coelhos.



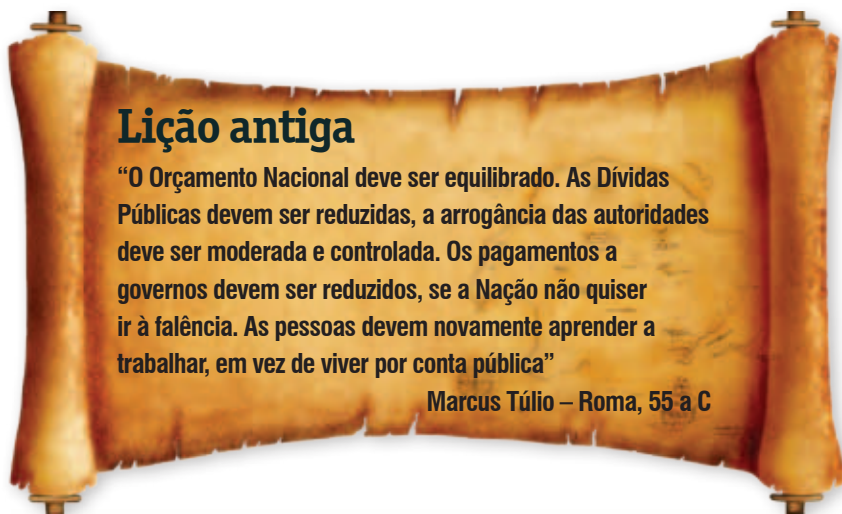
Doce e saborosa

No Brasil, o canibalismo tupinambá consumia carne humana por ser doce e saborosa e por vingança ao inimigo. Na era do descobrimento, tribos indígenas brasileiras comiam o inimigo por vingança, não buscavam pessoas fracas ou covardes como alimento. O canibalismo no Brasil acabou através do trabalho de catequese, nos dias de hoje, os lanomâmis comem as cinzas de um amigo já falecido como símbolo de respeito e consideração.



Antes da anestesia, uma bomba

A anestesia com éter foi descoberta em Boston na década de 1840. Anos antes, em 1831, o clorofórmio havia sido elaborado. O médico escocês Sir James Simpson de Edimburgo foi o primeiro a usá-lo como anestésico em 1847, mas só foi largamente aceito na medicina por volta de 1853. A única anestesia conhecida até o momento era feita à base de álcool e pólvora, aplicada no paciente por via oral.



Lição antiga

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública”

Marcus Túlio – Roma, 55 a C

Tempo de vida

O país com maior expectativa de vida é o **Japão (82,6 anos)**, e o país no qual a expectativa é menor (**39,60**) é a

Suazêlândia,
país localizado no interior da África,

entre Moçambique (penúltimo país no ranking, no qual a expectativa é de **42,10 anos**). No **Brasil**, segundo o IBGE, a expectativa é de **73,5 anos**.

Mulheres

Mulher não discute...
apenas explica porque está correta.
Um conselho sobre sapatos e homens:
se for bonito, com certeza vai te machucar

Engana-se o homem que pensa
que o sonho de toda mulher é
encontrar o príncipe encantado. O sonho
de toda mulher é comer sem engordar.



CURSOS

Marilândia do Sul



Agrinho

O presidente do Sindicato Rural de Marilândia do Sul José Leite dos Reis entregou no dia 27 de março, no Colégio Estadual Padre Ângelo Casagrande, o material do Agrinho 2012. A diretora auxiliar Leonilda da Conceição da Silva e a coordenadora escolar Leonice Ramos de Goes Plath receberam o material e agradeceram o Sindicato Rural e o SENAR/PR por investirem no futuro e na da educação. O Agrinho trabalha conteúdos de cidadania, preservação do meio ambiente, saúde, consumo responsável e ética a milhares de crianças e jovens de todo o Estado.

Curiúva



Posses

Em 16 de março tomou posse a diretoria do Sindicato Rural de Curiúva. Foi reeleito presidente Luiz André Boraneli, como vice-presidente Luiz Boraneli e como tesoureiros José Antonio Boranlei e Clelio Lara. Esta diretoria fica no cargo até 18 de março de 2015.

Ribeirão do Pinhal



Classificação de café

Com carga horária de 24 horas, o Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal em parceria com o SENAR-PR realizou de 6 a 8 de março o curso que ensina muito mais do que uma técnica, uma arte – Classificação de Café por tipo de bebida. O grupo, com 12 participantes filiados ao sindicato foi orientado pela instrutora Raquel Nader Resende Fraiz e sua equipe.

Joaquim Távora



Panificação

O Sindicato Rural de Joaquim Távora em parceria com o SENAR-PR, Emater e o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) realizou o curso de Produção Artesanal de Alimentos – Panificação nos dias 28 e 29 de março. O grupo com 15 participantes teve como instrutora Maria Luzinete Zanin.

Cornélio Procópio



CSA

No dia 27 de março foi realizado, no auditório do Sindicato dos Produtores Rurais de Cornélio Procópio uma reunião do Conselho Municipal de Sanidade Agropecuária (CSA), para discutir: plano de ação do grupo; aprovação do estatuto e a posse do novo presidente do CSA. O médico-veterinário, Cristiano Leite Ribeiro foi eleito presidente do conselho. A reunião contou com a presença de representantes das instituições de todos os pontos da agropecuária de Cornélio Procópio, além do vereador Ricardo Leite Ribeiro, representando a Câmara Municipal e do médico veterinário da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), Celso de Oliveira.

Jacarezinho



Agrinho

O Sindicato Rural de Jacarezinho em trabalho conjunto com o SENAR-PR e o Núcleo Regional de Educação realizou uma palestra de motivação para as professoras participantes do Programa Agrinho 2012.

Pinhão



Roçadeira

O Sindicato Rural de Pinhão realizou o curso de Trabalhador na Operação e na Manutenção de Roçadeiras nos dias 27 e 28 de março. O grupo com 10 participantes teve como instrutor Daniel Giorno Nascimento.

Ivaiporã



Curso de Panificação

O Sindicato Rural de Ivaiporã e o SENAR-PR realizaram na comunidade do Xaxim, em Jardim Alegre, o Curso de Produção Artesanal de Alimentos - Panificação, nos dias 21 e 22 de março. A turma de 15 participantes teve como instrutor Roberto Silveira Borges.

Erramos

Na edição anterior divulgamos a organização de duas turmas do Jovem Agricultor Aprendiz em Sarandi extensão de base do Sindicato Rural de Maringá e não de Jacarezinho como foi publicado.

Como renegociar e prorrogar dívidas

O que fazer se o produtor não tem Proagro ou Seguro Agrícola e o município não decretou situação de emergência?

Para esses casos existe a possibilidade de prorrogação do financiamento, conforme estabelecido nas normas do Manual do Crédito Rural (MCR). As normas estabelecem no item 2.6.9 que, independentemente de consulta ao Banco Central, é devida a prorrogação da dívida, aos mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove incapacidade de pagamento do mutuário, em consequência de:

- a) dificuldade de comercialização dos produtos;
- b) frustração de safras por fatores diversos;
- c) eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações.

Para os financiamentos do BNDES também é seguida essa regra, mas os bancos só podem renegociar 8% da carteira de investimentos.

É realizada uma análise “caso a caso” para verificar a capacidade de pagamento do produtor. Geralmente para custeio, o banco solicita que o produtor pague da parcela o equivalente ao que colheu e prorroga a diferença.

Para investimento do BNDES equalizados pelo Tesouro Nacional (TN) é possível renegociar até 100% do valor do principal da parcela, podendo ser incorporado ao saldo devedor e redistribuído nas parcelas restantes, ou ser prorrogado para até 12 (doze) meses após a data prevista para o vencimento da última parcela do contrato. No entanto, o produtor deve pagar até a data do vencimento da parcela, no mínimo, o valor correspondente aos encargos financeiros devidos no ano. Além disso, cada operação de crédito somente pode ser beneficiada com até duas renegociações.

O produtor que renegociar sua dívida de investimentos ficará impedido, até que amortize integralmente as prestações previstas para o ano seguinte, parcela do principal acrescida de encargos financeiros, de contratar novo financiamento de investimen-



to rural com recursos equalizados pelo TN ou com recursos controlados do crédito rural.

Vale lembrar que renegociação de dívidas implica em aumento da exposição de risco do cliente no banco, aumentando a probabilidade de dificuldades no acesso ao crédito rural nas safras seguintes.

Como protocolar os pedidos

Recomenda-se protocolar o pedido de prorrogação de custeio ou investimento com no mínimo 15 dias de antecedência do vencimento com laudo técnico assinado por assistente técnico e um quadro de capacidade de pagamento mostrando receitas e custos da safra. Protocolar sempre o pedido em duas vias, guardando a via que foi protocolada com recebido do gerente. Caso o gerente se negue a receber a carta, fazer a entrega do documento utilizando os serviços do cartório de títulos e documentos (três vias de igual teor e datadas. Alguns bancos como o Banco do Brasil têm modelo próprio de pedido de prorrogação, consulte antes o seu gerente.

Para saber mais sobre renegociações de dívidas e acessar os modelos de cartas, acesse o site da FAEP: www.sistemafaep.org.br.

Dúvidas: Contato com o Departamento Técnico e Econômico da FAEP: Nilson Camargo: (41) 2169-7931 nilson.camargo@faep.com.br ou Tânia Moreira (41) 2169-7909 tania.moreira@faep.com.br.

Castro – CALPAR

1. Custo da tonelada do calcário: R\$ 25,00;
2. Frete Castro a Cascavel - caminhão de seis eixos de 30 t: R\$ 50,00/t (30 X 50,00 = 1.500,00);
3. Pedágio Castro/Cascavel para esse caminhão: R\$ 249,60;
4. Calcário a R\$ 25,00/t X caminhão de 30 t = (25 X 30) = R\$ 750,00 (valor da carga);

Portanto, valor da carga: R\$ 750,00

Valor do pedágio para caminhão de 6 eixos (30 t)

Castro/Cascavel: R\$ 249,60

Castro/Maringá: R\$ 200,40

Almirante Tamandaré – TERRA RICA

1. Custo da tonelada do calcário: R\$ 22,00
2. Frete Almirante Tamandaré a Cascavel – caminhão de seis eixos de 30t: R\$ 52,00/t (30 t X 52,00 = 1.560,00)
3. Pedágio Alm. Tamandaré/Cascavel para esse caminhão: R\$ 200,40
4. Calcário a R\$ 22,00 X caminhão de 30 t = R\$ 660,00 (valor da carga)

Valor do pedágio:

Almirante Tamandaré/Cascavel: R\$ 286,20

Almirante Tamandaré/Maringá: R\$ 239,40

Conclusão:

O valor da carga é maior que o custo do pedágio, mas o custo do frete + pedágio é mais que o dobro do valor da carga.

Levantamento feito pelo engenheiro-agrônomo e técnico do DTE (Departamento Técnico Econômico) da FAEP, Nilson Hanke Camargo em duas indústrias de calcário (Castro e Almirante Tamandaré)

Cana do Brasil

A Federação da Agricultura do Estado do Paraná esteve presente na Assembleia Geral Ordinária da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, através de Eduardo Sérgio Assumpção Quintanilha Braga, membro da Comissão Técnica de Cana, convidado a fazer homenagem ao deputado federal Reinhold Stephanes. A Feplana é presidida pelo paranaense Paulo Sérgio Leal. Estiveram presentes também Aristeu Sakamoto, presidente do Sindicato Rural de Cambará e Nelson Ronchi Júnior, tesoureiro da Canapar.



Av. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Polo, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso

Diretores Secretários

Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia e Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santaroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do PR

Av. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo

Presidente: Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos:

Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal:

Sebastião Olímpio Santaroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida

Superintendência:

Ronei Volpi



Coordenação de Comunicação Social:

Cynthia Calderon

Redação:

Christiane Kremer, Hemely Cardoso, Katia Santos

Diagramação, Ilustração e Projeto Gráfico:

Alexandre Prado

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR.

Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

O BARÃO DE ITARARÉ

Aparício Fernando de Brinkerhoff Torelly, o **Barão de Itararé**, nasceu na cidade de Rio Grande, no interior do Estado do Rio Grande do Sul, em 29 de janeiro de 1895, e aos 30 anos mudou-se para o Rio de Janeiro. Fundou em 1926 o jornal "A Manhã" (sem til), um sucesso que inspirou jornalistas e humoristas, 40 anos mais tarde, a criar "O Pasquim". Aparício se autoproclamava Barão de Itararé, numa referência à anunciada batalha (na Revolução de 30), que aconteceria na cidade paulista de mesmo nome, mas que nunca ocorreu de fato.

Em 1934, fundou o Jornal do Povo. Durou dez dias e publicou em fascículos a história de João Cândido, um dos marinheiros da Revolta da Chibata, de 1910. O barão foi sequestrado e espancado por oficiais da Marinha. Depois disso, voltou à redação do jornal e colocou uma placa na porta onde se lia: "Entre sem bater".

Comunista, durante o chamado Estado Novo (1937-1945), no governo Getúlio Vargas entrava e saía da prisão. E foi eleito deputado federal com o slogan: "Mais leite, mais água, mas menos água no leite".

Lançou várias edições do "Almanhaque", uma paródia dos almanques tradicionais onde informava que "a estrela de Belém foi o primeiro anúncio luminoso", ou, a confusão que o teria feito aderir ao integralismo, cujo lema era "Deus, Pátria e Família!", e que o barão teria entendido como "Adeus, pátria e família!". Morreu em novembro de 1971, aos 76 anos.



As máximas e mínimas do Barão

- De onde menos se espera daí é que não sai nada.
- Quem empresta, adeus...
- Dize-me com quem andas e eu te direi se vou contigo.
- Pobre, quando mete a mão no bolso, só tira os cinco dedos.
- Quando pobre come frango, um dos dois está doente.
- O voto deve ser rigorosamente secreto. Só assim, afinal, o eleitor não terá vergonha de votar no seu candidato.
- Tudo seria fácil se não fossem as dificuldades.
- Sábio é o homem que chega a ter consciência da sua ignorância.
- Adolescência é a idade em que o garoto se recusa a acreditar que um dia ficará chato como o pai.
- Este mundo é redondo, mas está ficando muito chato.
- Tempo é dinheiro. Vamos, então, fazer a experiência de pagar as nossas dívidas com o tempo.

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não procurado |
| ☐ Endereço insuficiente | |
| ☐ Não existe o nº indicado | |
| ☐ Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável _____